

ÁREA TEMÁTICA: Cooperativismo

A VERDADEIRA HISTÓRIA DA ORIGEM DO COOPERATIVISMO



Resumo

O presente artigo propõe um breve panorama histórico acerca da origem do Cooperativismo, a partir da análise dos estudos literários realizados sobre o tema. Fundamenta-se, com base em método dedutivo, na doutrina aplicável. Objetiva demonstrar que a origem do Cooperativismo ocorreu em local diverso e data antecedente ao marco hoje vigente nos estudos cooperativistas, tendo efetivamente ocorrido sua origem no âmbito da América Latina em 1610, a partir da análise da cultura, hábitos e costumes dos índios Guarani e sua correlação com os Princípios Cooperativistas. Conclui que a origem do Cooperativismo ocorreu em terras da América Latina.

Palavras-chave: Cooperativismo; Origem histórica.

Abstract

This article offers a brief historical overview of the origins of cooperativism, based on an analysis of the literature on the subject. It is based on applicable doctrine and uses a deductive method. It aims to demonstrate that cooperativism originated in a different location and at a date prior to the current framework for cooperative studies, effectively originating in Latin America in 1610. This is based on an analysis of the culture, habits, and customs of the Guarani Indians and their correlation with cooperative principles. It concludes that cooperativism originated in Latin America.

Introdução

O tema do presente artigo versa acerca da origem histórica do Cooperativismo.

De relevância científica é a sua abordagem para fins de delimitação temporal e geográfica dos primórdios das cooperativas no mundo.

A partir de uma abordagem de pesquisa qualitativa, estudos literários como fundamentação teórica, enfaticamente ao tema Reduções Jesuíticas e Índios Guarani, o artigo está organizado de forma a comprovar que os Princípios Cooperativistas já eram praticados na América Latina, muito antes da fundação da cooperativa de Rochdale na Inglaterra, até então considerado o berço da origem das cooperativas.

A verdadeira história da origem do Cooperativismo nos remete ao ano de 1610, no Paraguai, na América do Sul.

36º ENANGRAD

A VERDADEIRA HISTÓRIA DA ORIGEM DO COOPERATIVISMO

Impõe-se um desafio aos cooperativistas. Trata-se de estabelecer a verdadeira história da origem do Cooperativismo, relativamente aos primórdios e à fundação da primeira cooperativa.



Figura 1 – São Miguel das Missões

Fonte: <https://viagemeturismo.abril.com.br/cidades/sao-miguel-das-missoes/>. Acesso em 12/09/2025

A cultura europeia ensina como sendo na Inglaterra o berço do Cooperativismo, no ano de 1844.

Há que se analisar mais cuidadosamente a origem do Cooperativismo à luz da cultura latino-americana. Esta versão nos distancia do pensamento europeu quando sinaliza o tema.

Os acontecimentos fáticos históricos ocorridos na América Latina, mais precisamente no Paraguai, na Argentina e no Brasil, indicam que a origem do Cooperativismo ocorreu aqui na América do Sul, conforme registram muitas obras literárias sobre o tema.

Com fundamento nas pesquisas do Professor Rafael Carbonell De Masy e de Johann Mayr, é chegada a hora de resgatar a verdade acerca da origem do Cooperativismo.

Os estudos do Professor Carbonell, doutor em direito na Universidade de Sevilha na Espanha, apontam o ano de 1610 como sendo o ano da criação da primeira

cooperativa, na formação de Redução Jesuítica dos Índios Guarani, denominada *San Ignacio Guazú*, em terras da América Latina, no Paraguai.

Segundo o historiador gaúcho Luís Flodoardo da Silva Pinto, ao estabelecer a cronologia das 30 (trinta) Reduções Jesuíticas afirma que também em 1610 tiveram a fundação da *Nuestra Señora de Loreto* e *San Ignacio mini*, ambas na Argentina.

Desse modo, o Cooperativismo não tem apenas 181 anos, mas 415 de existência.

Na obra literária *Anton Sepp Ein Südtiroler im Jesuitenstaat* o pesquisador Johann Mayr faz explícita referência quanto à origem do Cooperativismo na América Latina, segundo Mayr:

*Mit anderen Worten, die Jesuiten hatten in Paraguay ein kooperatives System zur Errichtung eines Wohlfahrtes-staates erfunden, schreibt Caraman, lange bevor diese Begriffe im europäischen Wortschatz auftauchten.*¹ (MAYR 1988, p. 194)

Para os autores os Jesuítas criaram um sistema cooperativo para estabelecer um estado de bem-estar social, muito antes que o conceito cooperativo aparecesse no vocabulário europeu.

Os ingleses e a cultura europeia sustentam o pioneirismo cooperativo na *Sociedade dos Probos Pioneiros*, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, sob o fundamento de que lá teriam consolidado os Princípios Cooperativistas.

Ocorre que, os Princípios Cooperativistas foram praticados e sistematizados pelas Reduções Jesuíticas Guarani.

Com efeito, assim era a vida da primeira cooperativa, conforme Carbonell De Masy:

...y han trabajado tanto con ellos que tienen ya muy formados los pueblos, casas y sementeras y están reducidos a forma de una muy ordenada república y lo que más es en tierra *donde jamás se vio nada de esto*, han hecho los padres estancia de vacas, ovejías, cabras y plantado viña y cañas dulces e hecho unas iglesias admirables y capacísimas... (DE MASY 1992, p. 73)

A sistematização deu-se pela contabilização:

“Al lado del sistema de compras y ventas exterior a las reducciones, funcionaba un sistema de intercambios entre las propias reducciones y un planeamiento de la producción y control periódico de inventarios en cada

¹ Tradução: “Em outras palavras, os jesuítas construíram um sistema cooperativo para estabelecer um estado de bem-estar social no Paraguai, escreve Caraman, muito antes que esses termos aparecessem no vocabulário europeu.”

reducción, responsable de suplir subsidiariamente la capacidad de cada familia para su próprio abastecimiento.” (DE MASY 1992, p. 235)

“Los inventarios realizados en 1768 sorprenden numerosas relaciones económicas entre las reducciones y de estas com los colégios de jesuitas o con terceros... Lo peculiar del Oficio de Misiones consiste en registrar esos intercambios en cuanto le afectan respecto a la situación patrimonial de cada Pueblo. (DE MASY 1992, p. 251)

...

A luz de las actividades económicas seguidas año por año entre cada pueblo y los Oficios comprendemos el servicio de llevar las cuentas que assumían estos mismos Oficios con esos pueblos más preocupados con los tratos asiduos con otros pueblos.” (DE MASY 1992, p. 252)

Veja-se que, na prática e costumes das Reduções Jesuíticas Guarani, os 7 (sete) Princípios do Cooperativismo já estavam presentes e efetivos, como se vislumbra:

Princípio da Livre Adesão

No contexto das Reduções Jesuíticas os índios optavam em se estabelecerem fisicamente nas Reduções e isso deu-se em razão da educação jesuítica para “...uma nova liberdade e novo ambiente social.” (SCHNEIDER 2013, p. 134)

Também a autodeterminação dos povos indígenas Guarani para escolherem sua afiliação religiosa ou cultural consubstanciou o princípio da livre adesão.

A liberdade de aceitar ou rejeitar a influência cultural e religiosa do cristianismo, advindas dos Padres Jesuítas, ilustra que o ato era voluntário e não imposto.

O povo indígena Guarani é uma das comunidades indígenas mais antigas do Brasil e possui uma forte conexão com a natureza e tradições espirituais e possuíam a liberdade de escolher e se identificar com as tradições e a cultura de sua própria comunidade, em contraposição à influência ou imposição externa, garantindo assim a continuidade de sua identidade cultural e religiosa.

Princípios da Participação Econômica e da Intercooperação

No que tange à forma de produção, sistema de trabalho e propriedade dos bens, os índios Guarani podiam optar livremente entre o Tupambaé ou Abambaé.

A organização da vida produtiva das Reduções se efetivava em função destes dois conceitos.

O vocábulo guarani Amambaé, com significação “que pertence ao homem”, consistia no sistema de propriedade onde o lote agrícola era cedido pelo cacique para

cada família. No processo de trabalho os indígenas laboravam quatro dias por semana no Amambaé, sob o comando do cacique e segundo as instruções repassadas pelos profissionais técnicos espanhóis, onde os frutos obtidos eram de propriedade exclusiva das próprias famílias.

A expressão guarani Tupambaé tem por significado “terra de Deus” e consistia no sistema de propriedade onde as terras pertenciam à comunidade, com a concordância pacífica dos caciques.

As propriedades Tupambaé eram mais extensas que as do Abambaé. Elas eram dedicadas ao cultivo em grande escala e à criação de gado, onde os índios trabalhavam no Tupambaé dois dias por semana. “Neste trabalho, no qual todo índio trabalhava aos sábados e segundas-feiras, nada reservava para si, pois o fruto do seu trabalho era destinado em benefício da coletividade.” (SCHREIBER 1968, p. 148)

Ademais, nas propriedades Tupambaé havia terras destinadas às construções hospitalares, residência dos Padres Jesuítas, às Igrejas, escolas e oficinas. Estes espaços coletivos constituíam a base habitacional conjunta, os denominados aldeamentos comunitários.

Nos ensinamentos de Carbonell De Masy (1992, p. 171) “El abambaé apunta al abastecimiento familiar, completado subsidiariamente con la producción comunitaria, tupambaé, base también de la producción excedente que el pueblo intercambia o vende.”

O resultado do sistema de labor Tupambaé era destinado a custear as despesas comuns de cada Redução Jesuítica, como alimentação, assistência social às viúvas e órfãos indígenas, esporte, projetos culturais, construção e manutenção de obras civis, educação e formação profissional, que se dava pelas oficinas e escolas de aprendizagem de carpintaria, marcenaria e técnicas agrícolas.

Quanto aos esportes, há que se referir ao futebol. Segundo José Roberto de Oliveira em sua obra “Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade” (2009, p. 110) o futebol teria sido inventado pelos Padres Jesuítas, nas Reduções Guarani.

Esse código de produção alimentar, que agregava o sistema Amambaé e Tupambaé, constitui-se a base sustentável de alimentação da população indígena Guarani e foi fundamental à sua sobrevivência.

O princípio da Intercooperação também era praticado pelos índios Guarani nas Reduções Jesuíticas na medida em que, quando a produção exclusiva familiar – Amambaé não era suficiente para o sustento da família, a produção gerada no sistema coletivo Tupambaé supria o sustento:

La aplicación del principio de subsidiaridad orientaba las diversas instituciones: cuando el Abambaé no bastaba para el sustento suplía el Tupambaé (de ordinario en algunos productos como el abastecimiento periódico de carne de vacuno, de yebra, etc.) (DE MASY 1992, p. 307)

Ademais, a intercooperação era prática Guarani em casos de calamidades, como secas ou pragas que atingiam a lavoura:

“Por medio de intercambio de productos los pueblos proveen el abastecimiento. Y aun en el caso de cualquier calamidad (sequías, plagas, etc.), ningún pueblo queda desatendido: <<los demás pueblos le socorren con cuantas limosnas pueden, sin pedir outra paga que la eterna>>.”(DE MASY 1992, p. 101)

Adentrando na história da participação econômica das Reduções Jesuíticas, no âmbito do mercado interno, os índios Guarani eram responsáveis pela produção de alimentos para 150.000 (cento e cinquenta mil) índios e para mais de 1.000 (um mil) Padres, Irmãos Jesuítas e profissionais técnicos como Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, da área da Saúde, da Educação, da Administração e Pedagogia, vindos da Espanha e Portugal.

Os alimentos naturais pré-existentes às plantações não eram suficientes para a manutenção do crescimento populacional nativo e europeu.

À medida que os índios se retiravam das matas, povoando as Reduções, os Jesuítas ensinavam-lhes o cultivo agrícola. Os Padres Jesuítas encaminharam na região geográfica duas iniciativas capazes de afastar a falta de alimentos e de espaço físico para o progresso coletivo. A primeira resolução referiu-se à base alimentar, que foi garantida pelo incentivo à produção agropecuária e, como segunda iniciativa, a agregação de produtos para exportação.

As terras latino-americanas possuíam solo fértil para o cultivo. A produção agropecuária vinculava-se precipuamente aos seguintes produtos: erva-mate, fumo, açúcar, mandioca, trigo, arroz, soja, mel, frutas, hortifruti-granjeiros, criação de carneiros, vacas e peixes. Para a realização do trabalho utilizavam-se essencialmente de cavalos e mulas.

No âmbito do mercado externo, a exportação de produtos para a Europa, notadamente Espanha e Portugal, indicam que existia um sistema de armazenagem, de industrialização, ainda que inicial, e também um sistema de comercialização. A venda dos produtos perfectibilizou-se em razão da atuação dos denominados “Irmãos Jesuítas”, que levavam as mercadorias aos portos marítimos.

Ademais da produção alimentícia de exportação, os índios Guaranis produziam e comercializavam esculturas, pinturas, instrumentos musicais, bordados, tapetes, círios, rosários, escapulários, armários, mesas, peles de animais e artigos de couro.

A partir do rol dos produtos consumidos pela população reducional e dos itens de exportação, vislumbra-se que as Reduções Jesuítas estavam organizadas cooperativamente pelos índios Guarani, Padres e pelos profissionais técnicos vindos da Europa. O sistema de produção, industrialização incipiente e comercialização constituíram as cooperativas reducionais como forma de trabalho e sobrevivência.

Na obra de Carbonell De Masy (1992, p. 180) “El trabajo coordinado y la ocupación del potencial productivo implicado en las tierras de las reducciones, explican fundamentalmente la formación del capital.” A distribuição de sobras ocorria segundo a participação e as necessidades dos índios, “La cifra de 100.000 pesos, aun concedida por los jesuitas como base de negociación, dividida por una población total de 150.000 almas, según ellos calculaban sin referirse a censo alguno...” (1992, p. 181)

O modelo de economia praticado nas Reduções Jesuíticas é um modelo de economia cooperativista, onde a riqueza produzida coletivamente era socializada. Uma cooperativa múltipla, visava atender todas as necessidades de sobrevivência da população indígena: de consume, de trabalho, de habitação, de transporte, social, educacional, de crédito, de infraestrutura e de saúde.

Princípio da Gestão Democrática

A base da organização social, econômica e política Guarani eram as famílias. Os índios Guarani praticavam o autogoverno, tomando decisões de acordo com seus procedimentos próprios e mantendo instituições de decisão coletiva. Segundo Carbonell De Masy (1992, p. 304) “Cada comunidad guaraní era consciente de sus derechos y obligaciones.”

No sistema Tupambaé reinava um governo colegiado, integrado pelos caciques, por índios e por jesuítas. Esta forma de governança leva à análise do conceito de gestão democrática e coletiva que, hodiernamente, é exercida nas sociedades cooperativas.

Os Guarani participavam de espaços de negociação, tal a realização de reuniões, denominada Assembleia do Povo Guaraní, onde discussões eram travadas e estratégias delineadas para assegurar a preservação de seus territórios, efetuando inclusive uma gestão ambiental coletiva.

Os diálogos nas escolas indígenas, com a participação da comunidade para a tomada de decisões, era prática e instituição de decisão coletiva.

Princípio da Educação, Formação e Informação

Na antiguidade a educação dos povos Guarani era consubstanciada em um processo informal e comunitário, transmitido oralmente. A transmissão de conhecimentos culturais, religiosos e práticos se dava através do aprendizado contínuo de observação e participação nas atividades do cotidiano.

As atividades comuns, o intercâmbio de informações e a solidariedade eram a base para a difusão do conhecimento e habilidades técnicas entre os índios Guarani.

Com o advento das Reduções Jesuíticas as escolas e oficinas de trabalho foram implantadas e assim, a organização das atividades indígenas passava a ser delineada, através de instrumentos normativos:

Por ahora los indios por medio de sus administradores entablarian algunas actividades comunitarias (laboreo de tierras, ganadería). Una <<instrucción que deberán observar los administradores particulares>> pretendia dejar ordenadas todas las actividades temporales en cada pueblo. (DE MASY 1992, p. 291)

As modalidades de trabalho eram inúmeras em função das circunstâncias geográficas, físicas, intelectuais, de modo a exigir dos jesuítas não só o propósito de constituir igrejas, mas fundamentalmente fazer valer a universalidade de profissões ou atividades de trabalho para que a economia pudesse desenvolver. Neumann afirma que “Sempre houve, em suma, por parte dos jesuítas a preocupação em capacitar os guaranis sob sua tutela para a execução de lides variadas, tendo por base ideológica uma concepção moderna de trabalho.” (1996, p. 63)

A motivação pela criação de oficinas deu-se em razão do fato de que os Padres jesuítas observarem que “...os nativos tinham grande habilidade manual, além de demonstrarem capacidade para aprender novas técnicas.” (BOFF 2005, p. 121)

Os produtos do trabalho ensinado aos índios nas oficinas consistiam em pratarias, carpintaria, pintura e ferraria. Para alcançarem estes resultados os jesuítas começaram a implementar “...maiores requisitos profissionais, passando a aprendizagem por vários estágios a uma hierarquia (aprendiz, oficial, mestre).” (BOFF 2005, p. 122)

Existiam variadas formas de oficinas. “... em cada Redução havia umas 30 ou 40 oficinas: de escultura, oleiros, etc.” (OLIVEIRA 2018, p. 87)

As Reduções Jesuíticas, sempre em desenvolvimento, tinha como um de seus alicerces a educação. A educação e formação estavam dentro do processo de desenvolvimento das Reduções, figurando como fatores de orientação construtiva.

Princípio do interesse pela Comunidade

O desenvolvimento autossustentável praticado nas Reduções Jesuíticas, retratado pelos sistemas de trabalho e propriedade de bens Tupambaé e Abambaé, manifesta o legítimo interesse pela comunidade indígena. “Toda a população missioneira trabalhava para o bem comum da redução...” no ensinamento de Eduardo Neumann (1996, p. 60).

As ações estavam além dos interesses comerciais, buscavam garantir o sustento e bem-estar da comunidade indígena.

Nas Reduções Jesuíticas Guarani os Padres e Irmãos fizeram acampamentos construídos chamados de missões. Os acampamentos sempre

visavam segurança ao povo indígena, onde eles podiam procurar refúgio contra os comerciantes escravos.

A preocupação dos Padres e Irmãos Jesuítas com a saúde dos índios Guarani foi destaque na obra de José Roberto de Oliveira:

O cotiguaçu, um dos locais mais interessantes das reduções jesuíticas, era o símbolo da fraternidade com que a sociedade cuidava dos necessitados. Local que Servia de asilo e orfanato. Além de viúvas e órfãs desamparadas, acolhia mulheres abandonadas. (OLIVEIRA 2018, p. 88)

Nas ações sociais e humanitárias em relação ao modo de produção e sustento, de mútua ajuda entre as famílias indígenas, as Reduções Jesuíticas Guarani promoviam iniciativas de responsabilidade social.

La tendencia espontánea del guaraní a socorrer los suyos y a hospedar y atender a extraños, en una relación de igualdad, gana dinamismo en el guaraní cristiano hasta ampliar las relaciones entre los distintos pueblos. (DE MASY 1992, p. 115)

36° ENANGRAD

Conclusão

Nas Reduções Jesuíticas Guarani os Índios praticavam os Princípios da livre adesão, da gestão democrática, da participação econômica e intercooperação, da educação e formação, bem como o princípio do interesse pela comunidade.

Os jesuítas preconizavam um novo sistema econômico-social capaz de autodeterminar-se e autogerir-se por suas próprias forças com base na solidariedade, igualdade e liberdade.

O arcabouço literário acerca do tema e o silogismo existente entre os fatos históricos e as práticas vivenciadas nas Reduções Jesuíticas Guarani, em direcionamento à efetiva realização dos Princípios Cooperativistas, resultam na afirmação de que a origem histórica do Cooperativismo ocorreu na América Latina.

Foi em 1610, na primeira Redução Jesuítica de San Ignacio Guazú, no Paraguai, e nas sucessivas reduções fundadas pelos Padres e Irmãos Jesuítas, que os Princípios Cooperativistas foram praticados e sistematizados.

Assim, resta confirmado que o berço ou a origem do Cooperativismo deu-se em terras da América Latina.

Desse modo, o Cooperativismo não tem apenas 181 anos, como afirmado até o presente momento, de que teria sua origem na Inglaterra, mas sim o Cooperativismo possui 415 anos de existência.

36º ENANGRAD

Referências Bibliográficas

- BLUMERS, Tereza. La Contabilidad en Las Reducciones Guaranies. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos (CEADUC), de la Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", 1992.
- BOFF, Claudete. A imaginária Guarani: o acercdo do museu das Missões. Rio de Janeiro: Ediuri, 2005.
- DE MASY, Rafael Carbonell. Estrategias de desarrollo rural em los pueblos Guaraníes. Barcelona: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1992.
- DE OLIVEIRA, José Roberto. Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2018.
- ENGLISH, Andreas. Francisco: o papa dos humildes. Tradução de Gabriela França. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.
- KREUTZ, Estanislau. Santos Mártires das Missões. Passo Fundo: Berthier, 2001.
- MAYR, Johann. Anton Sepp Ein Südtiroler im Jesuitenstaat. Bozen: Verlagsanstalt Athesia, 1988.
- NEDEL, Ruy. Missões – O épico da história – O mito da lenda – a Tragédia Realidade. São Leopoldo: Editora Padre Reus, 2015.
- NEUMANN, Eduardo. O Trabalho Guarni Missioneiro no Rio da Prata Colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.
- SCHNEIDER, José Odelso. Síntese de duas tendências: a propriedade nas reduções do Paraguai. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2013.
- SCHREIBER, Jean Jacques. O desafio Americano. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.
- SILVA PINTO, Luiz Flodoardo. As Missões Orientais – Epopéia Jesuítica no Sul do Brasil. Porto Alegre: AGE, 2002.